

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/068

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO.

Virgem da Lapa - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

As Entidades que possuem o CEBAS que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde, gozam de isenção da contribuição da parte patronal destinada a Seguridade Social nos termos da Lei nº 12.701 de 2009 e do Decreto nº 8.242 de 2014. Nesse contexto, verificamos que a Entidade estava no exercício de 2018 com o CEBAS vencido, entretanto não provisionou e/ou recolheu qualquer valor referente a essa contribuição. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes de caixa	3	32.039	36.356	Fornecedores		5.473	2.496
Despesas antecipadas	4	2.686	2.892	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	3.437	3.340
Adiantamentos a funcionários		547	1.378	Provisões de férias e encargos	7	19.970	24.277
Outros Adiantamentos		7.335	-	Subvenções a apropriar	8	28.255	28.255
Outros Créditos			9	DFC's a repassar	9	16.752	16.354
Total do ativo circulante		42.607	40.635	Outras Contas a pagar		785	836
				Total do passivo circulante		74.672	75.558
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outras Participações		300	-	Subvenções a apropriar	8	13.343	41.598
Total do ativo circulante		300	-	Total do passivo não circulante		13.343	41.598
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	5	126.317	163.486	Patrimônio social	10	78.294	78.294
				Déficit (Superávit) acumulado		2.915	8.671
Total do ativo não circulante		126.317	163.486	Total do patrimônio líquido		81.209	86.965
TOTAL DO ATIVO		169.224	204.121	TOTAL DO PASSIVO		169.224	204.121

QUADRO 2**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**

Demonstrações de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações do Child Fund Brasil	11	290.247	276.994
Subvenções e doações públicas	11	16.540	73.370
Doações da Comunidade e Associados		43.220	41.034
Subvenções e doações não governamentais	11	226.473	192.709
Serviços voluntários	15	5.604	8.935
Isenção de Tributos - INSS	14	49.272	52.189
Receitas Financeiras		1.182	2.239
Outras receitas		97	223
Resultado na venda de ativo imobilizado		54.546	22.456
		687.181	670.149
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despes com pessoal e encargos		(208.356)	(226.175)
Despesas com materiais para os programas		(30.447)	(34.075)
Serviços de terceiros		(196.901)	(201.252)
Trabalho voluntário	15	(5.604)	(8.935)
Contribuições sociais - INSS quota isenta	14	(49.272)	(52.189)
Despesas gerais		(155.979)	(86.727)
Despesas com depreciação		(37.773)	(40.546)
Despesas financeiras		(8.037)	(10.217)
Isenções e donativos		(568)	(1.362)
		(692.937)	(661.478)
Superávit/déficit do exercício		(5.756)	8.671

QUADRO 3**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**

Demonstrações de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas	Superávit (déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200.065	-	(121.771)	78.294
Incorporado ao patrimônio social	(121.772)	-	121.772	-
Déficit do exercício	-	-	8.671	8.671
Saldos em 31 de dezembro de 2017	78.293	-	8.672	86.965
Incorporado ao patrimônio social	-	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	5.756	(5.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	78.293	-	2.916	81.209

QUADRO 4**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**

Demonstrações de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do exercício	(5.756)	8.671
Ajustes		
Depreciação e amortização	37.773	40.546
Baixa do ativo imobilizado	(54.546)	(22.456)
	<u>(22.529)</u>	<u>26.761</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Despesas antecipadas	206	1.244
Adiantamento a funcionários	831	24
Outros Adiantamentos	(7.335)	
Outros créditos	(291)	(9)
	<u>(6.589)</u>	<u>1.259</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	2.977	(3.649)
Obrigações trabalhistas e tributárias	97	(900)
Provisões de férias e encargos	(4.307)	(5.043)
Subvenções a apropriar	(28.255)	(28.256)
DFC's a repassar	398	(1.679)
Contas a pagar	(51)	836
	<u>(29.141)</u>	<u>(38.691)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(58.259)</u>	<u>(10.671)</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(1.058)	(64.000)
Venda do ativo imobilizado	55.000	88.900
Baixa do Imobilizado		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>53.942</u>	<u>24.900</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	-	-
Adição em empréstimos e financiamentos	-	-
Amortização de principal	-	-
Amortização de juros	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.317)</u>	<u>14.229</u>
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.356	22.127
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	32.039	36.356
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa.	<u><u>(4.317)</u></u>	<u><u>14.229</u></u>

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Promoção Infantil Social e Comunitária - APRISCO é uma sociedade civil, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecida como de utilidade pública a nível municipal e federal. Possuidora do Certificado Beneficente de Assistência Social CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Tem por finalidade promover o crescimento humano e desenvolver a potencialidade de sua clientela infanto-juvenil, formando o cidadão consciente, através do atendimento às suas necessidades básicas. Conta com o apoio da comunidade, órgãos públicos e do ChildFund Brasil. Atende aproximadamente 740 da comunidade carente do município de Virgem da Lapa e região, em Minas Gerais. Os resultados obtidos em suas operações são reaplicados no seu próprio objetivo social. É regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável às Entidades desta natureza.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Políticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

e. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subseqüentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos		
Pequeno Caixa ChildFund Brasil	1022	953
Banco do Brasil S/A-Entidades Paraestatais	9.437	1.919
'Banco do Brasil S/A-Secretaria de Estado da Cultura	-	1
Banco do Bradesco – Comunidade	1	-
Banco Sicoob – Subsídio ChildFund	150	-
(-) Cheques a Compensar	(4.669)	(17.461)
Aplicações		
Banco do Brasil S/A- Subsídio ChildFund Brasil	24.930	37.662
Banco do Brasil S/A- Sec. Estado de Governo	-	227
Banco do Brasil S/A- Entidades Paraestatais	849	821
Banco do Bradesco - Comunidade	319	12.234
Total	<u><u>32.039</u></u>	<u><u>36.356</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em certificados de depósitos Bancários, com remunerações atreladas ao CDI. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2018 montavam em R\$ 2.687 (R\$ 2.892 em 31/12/2017), relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

5. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2018	2017
Terrenos	-	7.168	6.564
Edificações	4%	99.527	99.527
Instalações	10%	4.755	4.755
Veículos	20%	120.183	120.183
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	40.118	40.118
Equipamentos de Processamento eletrônico dedos	10%	29.488	29.488
Móveis e Utensílios	10%	52.343	52.343
		<u>353.582</u>	<u>352.978</u>
Depreciação acumulada		(227.265)	(189.492)
Total Imobilizado		<u>126.317</u>	<u>163.486</u>

A movimentação do imobilizado está discriminada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.17</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf. /Ajustes</u>	<u>Saldo em 31.12.2018</u>
Bens						
Terrenos	0%	6.564	(454)	1.058	-	7.168
Prédios e Construções	4%	99.527		-	-	99.527
Instalações	10%	4.755		-	-	4.755
Veículos	20%	120.183			-	120.183
Máquinas Apar. e Equipamentos	10%	40.118				40.118
Equip.Process. Eletr.de Dados	10%	29.488				29.488
Móveis e Utensílios	10%	52.343				52.343
	Total Bens	352.978	(454)	1.058	-	353.582
Depreciação						
Terrenos					-	-
Prédios e Construções		(35.063)	-	(3.958)	-	(39.021)
Instalações		(2.901)	-	(475)	-	(3.376)
Veículos		(50.185)		(28.400)	-	(78.585)
Máquinas Apar. e Equipamentos		(33.859)		(1.311)		(35.170)
Equip.Process. Eletr.de Dados		(28.761)		(499)		(29.260)
Móveis e Utensílios		(38.723)		(3.130)		(41.853)
	Total Depreciação	(189.492)	-	(37.773)	-	(227.265)
	Total da conta	163.486	(454)	(36.715)	-	126.317

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro as obrigações trabalhistas e tributárias apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas		
INSS a pagar	1.324	1.235
FGTS a pagar	1656	1.490
PIS sobre folha de pagamento	207	205
IRRF a recolher	70	235
Seguro de vida a pagar	100	176
Tributárias		
PIS a Recolher	14	-
Cofins a Recolher	66	-
Total	<u><u>3.437</u></u>	<u><u>3.341</u></u>

7. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	18.321	22.273
FGTS sobre férias	1.466	1.782
PIS sobre férias	183	222
Total	<u><u>19.970</u></u>	<u><u>24.277</u></u>

8. DOAÇÕES E OUTRAS FONTES NÃO MONETÁRIAS

A Entidade recebeu em 21/06/2016 doação da Central Geral do Dízimo-Pró Vida, um veículo Caminhonete Amarok 4 x 4 , 2016/2016 no valor de R\$ 113.021, a ser realizado em conta de resultado na proporção da depreciação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos e doações de outras fontes a apropriar	69.853	98.108
Doações apropriadas	(28.255)	(28.255)
TOTAL	<u><u>41.598</u></u>	<u><u>69.853</u></u>

Abaixo segue a segregação do saldo entre circulante e não circulante:

<u>Ano</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Parcela do circulante	28.255	28.255
Parcela do não circulante	13.343	41.598
Total	<u><u>41.598</u></u>	<u><u>69.853</u></u>

9. DFC's (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	2018	2017
Saldo anterior	16.354	18.033
DFC estornado de exercícios anteriores	574	479
DFC's recebidos destinados às Crianças	62.562	81.004
DFC's repassados às Crianças	(62.738)	(83.162)
Total	16.752	16.354

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 78.294 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 78.294 em 31 de dezembro de 2017) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade. O valor de Déficit neste exercício foi de R\$ 5.756 e R\$ 8.671 de superávit em 2017.

11. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2018	2017
Subsídio do ChildFund Brasil	290.220	276.598
DFC's a o projeto – ChildFund Brasil	27	396
Subvenções e doações públicas	16.540	73.370
Doações Diversas	269.693	233.743
Total	576.480	584.107

12. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao Decreto nº 8242/2014, Resolução Nº 188, de 20 de outubro de 2005 e Lei 12.868 de 15/10/2013, a Entidade concedeu gratuidades em 2018 no montante de R\$ 605.892 (R\$ 568.743 em 2017), conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Despesas operacionais	692.937	661.478
Contrib. sociais – INSS Quota Isenta	(49.272)	(52.189)
Despesas com depreciação	(37.773)	(40.546)
Despesas com gratuidade	605.892	568.743

13. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receitas, e totalizou R\$ 49.272 (R\$ 52.189 em 2017).

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Diretoria e Conselho OSP's – Diretor Administrativo

Descrição	2018	2017
Quantidade de horas	240	316
Valor h/h	23,35	24,95
Valor total - R\$	5.604	7.884

Grupo de Apoio - Recepcionista

Descrição	2018	2017
Quantidade de horas	-	240
Valor h/h	-	4,38
Valor total - R\$	-	1.051

APRISCO

Maria de Lourdes Moreira dos Santos- Presidente
CI: MG-8.983.791 CPF: 065.205.806-00

José Santos Gomes Farias

Contador- CRC/MG: 046.066/O-5
